

**ATA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA, REALIZADA VIRTUALMENTE, NO DIA 30 DE MAIO DE 2020.**

1 Às nove horas e quinze minutos, do trigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte,  
2 virtualmente, reuniram-se as representantes dos Conselhos Federal e Regionais de  
3 Psicologia, para dar início à Assembleia Ordinária de Delegados Regionais, convocada  
4 conforme disposto no artigo 19, da Lei nº 5.766/1977. A delegada do CFP, Ana Sandra  
5 Fernandes Arcoverde Nóbrega, presidindo a mesa, iniciou Assembleia com a checagem  
6 de quórum. **Ponto 1: TETO DAS ANUIDADES - ANO 2021.** Registrou-se a  
7 participação das psicólogas, conforme elencado a seguir, como representantes dos  
8 Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, a saber: CRP-01: Rafael Gonçalves de  
9 Santana e Silva e Thessa Guimarães; CRP-02: Alda Roberta Lemos C. Boulitreau,  
10 Larissa de Melo Farias e Norma Maria de Sousa Cassimiro; CRP-03: Emmila Di Paula  
11 Carvalho dos Santos, Mailson Santos Pereira e Renan Vieira de Santana Rocha; CRP-  
12 04: João Henrique Borges Bento, Lourdes A. Machado e Yghor Queiroz Gomes; CRP-  
13 05: Achilles Miranda Dias, Mônica Valéria Affonso Sampaio e Pedro Paulo Gastalho de  
14 Bicalho; CRP-06: Beatriz Borges Brambilla, Ivani Francisco de Oliveira e Rodrigo  
15 Toledo; CRP-07: Ana Luiza de Souza Castro, Fabiane Konowaluk Santos Machado e  
16 Pedro José Pacheco; CRP-08: Célia Mazza de Souza, Pedro Braga Carneiro e Renata  
17 Campos Mendonça; CRP-09: Cândido Renato Alves de Oliveira e Wadson Arantes  
18 Gama; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra e Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11:  
19 Emilie Fonteles Boesmans e Nagela Natasha Lopes Evangelista; CRP-12: Ana Clara da  
20 Rocha, Pedro Augusto Croce Carlotto e Ana Claudia Lawless; CRP-13: Carla de  
21 Sant'ana Brandão Costa e Francisca Soraia Patriota Soares; CRP-14: Marilene Kovalski  
22 e Patrícia Ferreira de Lima; CRP-15: Mauricio Luiz Marinho de Melo e Tamires Ferreira  
23 de Assis Silva; CRP-16: Edireusa Fernandes Silva e Robertta Steffanya Fernandes  
24 Queiroz; CRP-17: Andreína da Silva Moura e Rafael Ribeiro Filho; CRP-18: Gabriel  
25 Henrique P. de Figueiredo e Sheila Carla de Queiroz Gomes; CRP-19: Naldson Melo  
26 Santos; CRP-20: Lígia Maria Duque J. de Assis e Silmara de Souza Dias; CRP-21:  
27 Juliana Barbosa Dias Maia; CRP-22: Rosana Mendes Éleres de Figueiredo; CRP-23:  
28 Tássio de Oliveira Soares; CRP-24: Cleibson André Nunes Torres e Lucyana Oliveira  
29 de Melo Gomes. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Fabián Javier Marín  
30 Rueda e Norma Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) relembra que, conforme  
31 o artigo sexto da Lei 5.766/1971, compete ao Conselho Federal aprovar o valor das  
32 anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas pelas profissionais aos Conselhos  
33 Regionais, a que estejam jurisdicionado. Ela relembra ainda que segundo a lei  
34 12.514/2011, os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação  
35 integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto  
36 Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-  
37 lo. Norma informa que houve um INPC acumulado de 2,46% (dois por cento e quarenta  
38 e seis centésimos percentuais), de maio de dois mil e dezanove a abril de dois mil e vinte.

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

39 Ela exemplifica que o teto da anuidade de pessoa física em dois mil e vinte é de R\$  
40 666,40 (seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), que com o reajuste de  
41 2,46% (dois por cento e quarenta e seis centésimos percentuais), passará a ser R\$ 682,79  
42 (seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos) em dois mil e vinte e um. Já  
43 o Fundo de Seções que é de R\$ 6,79 (seis reais e setenta e nove centavos) em dois mil e  
44 vinte, com o reajuste de 2,46% (dois por cento e quarenta e seis centésimos percentuais),  
45 passará a ser de R\$ 6,96 (seis reais e noventa e seis centavos) em dois mil e vinte e um.  
46 Norma também apresenta o teto de anuidade para pessoa jurídica, que é estabelecido  
47 conforme seu capital social, sendo por exemplo pessoas jurídicas com capital social de  
48 até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em dois mil e vinte tinha o teto de R\$ 756,34  
49 (setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos) que passará a ser em dois  
50 mil e vinte e um, R\$ 774,95 (setecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco  
51 centavos), após reajuste acima mencionado. Norma destaca que o Fundo de Seções para  
52 dois mil e vinte e um, no valor de R\$ 6,96 (seis reais e noventa e seis centavos), já está  
53 incluído no valor reajustado. Norma relembra que uma vez anunciada a atualização  
54 monetária, o próximo passo será a elaboração do orçamento de dois mil e vinte e um,  
55 pelos Conselhos Regionais de Psicologia, com base no Manual de Procedimentos  
56 Administrativos e Financeiros, Resolução CFP 20/2020, que consiste na organização do  
57 plano de trabalho com base na receita estimada. Norma comenta que foi idealizada pela  
58 diretoria do CFP a realização de uma Oficina para a elaboração dos planejamentos  
59 orçamentários. Norma informa que as datas pensadas foram dias dezesseis e dezessete  
60 de junho ou vinte e três e vinte e quatro de junho de dois mil e vinte. Ana Sandra  
61 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressalta que esse ponto tem duas deliberações, a  
62 de aprovar, ou não, a realização dessa Oficina proposta considerando a primeira data  
63 sugerida, uma vez que a segunda data calha em dias de feriado no nordeste do Brasil e  
64 o congelamento, ou não, do teto da anuidade. Tássio de Oliveira Soares (CRP-23)  
65 questiona como funciona o aumento do Fundo de Seções e se existe a possibilidade de  
66 não aumentar o seu valor. Cleibson André Nunes Torres (CRP-24) pondera que todos  
67 os regionais fazem parte de um sistema, e aponta para a necessidade de se refletir o  
68 momento que o mundo está passando. Ele destaca que o Governo Federal congelou os  
69 aumentos salariais e realização de concursos e convida todas a fazerem essa reflexão, no  
70 sentido de o Sistema Conselhos, numa decisão conjunta, congelar as anuidades e não  
71 implantar o aumento em dois mil e vinte e um, considerando o impacto que isso pode  
72 ter na categoria nesse momento. Rodrigo Toledo (CRP-06) compartilha que na reunião  
73 de tesoureiros, realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte, foi bastante  
74 discutida essa preocupação do impacto que o aumento da anuidade teria na categoria,  
75 frente ao atual cenário brasileiro. Ele também convida todas a refletirem sobre isso,  
76 porém aponta que a definição do teto da anuidade precisa ser feita nessa assembleia, e  
77 que essa discussão precisará ser feita hoje, e não na oficina. Maria Eunice Figueiredo  
78 Guedes (CRP-10) comenta que ela participou da reunião de tesoureiros no dia vinte e  
79 sete de maio de dois mil e vinte, e registra que as falas feitas anteriormente vão de  
80 encontro às preocupações debatidas naquela reunião. Ela convida a todos para pensarem

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

81 nessa decisão, congelamento do teto das anuidades, enquanto Sistema. Yghor Queiroz  
82 Gomes (CRP-04) reforça a importância da realização dessa oficina, proposta  
83 anteriormente, e destaca que o seu regional já tinha essa proposta de aumento zero nas  
84 anuidades de dois mil e vinte e um. Pedro Braga Carneiro (CRP-08) comenta que, para  
85 eles, soa de muito bom tom adotar a medida de aumento zero nas anuidades de dois mil  
86 e vinte e um, considerando o contexto atual e suas repercussões. Além disso, ele propõe  
87 que seja alterado o artigo 71 da Resolução 01/2012, que versa sobre a possibilidade de  
88 os regionais aplicarem descontos em situações específicas para as psicólogas, incluindo  
89 um novo artigo que dê liberdade para os regionais de conceder outros tipos de desconto,  
90 uma vez que a realidade de cada regional é única. Outra proposta seria a inclusão de  
91 novos casos de isenção de pagamento de anuidades, mencionadas do artigo 17, resolução  
92 01/2012, considerando as condições sociais e raciais das Psicólogas, como por exemplo  
93 para aquelas recém formadas advindas de universidades públicas ou que tenham se  
94 formado dentro da concessão de cotas, democratizando o acesso ao Sistema Conselhos.  
95 Norma Celiane Cosmo (CFP) explica que o Fundo de Seção foi um regramento criado  
96 dentro do Sistema Conselhos, pensando no desenvolvimento e avanços das seções, e que  
97 por isso ele se agrega à anuidade. A delegada registra ainda que tudo o que foi posto  
98 previamente nas falas das delegadas foi ponderado nas reuniões anteriores que  
99 debateram esse assunto, inclusive considerando essas diferenças entre regionais. Norma  
100 destaca que exatamente em função dessas diferentes realidades, foi elaborada a proposta  
101 da oficina. Norma elucida que antes de se pensar em reduzir o repasse do Fundo de  
102 Seções ao CFP, existe a necessidade de se rediscutir os projetos de todo o Sistema  
103 Conselhos. A delegada ressalta que o Sistema precisa estar vivo, inclusive  
104 financeiramente, para que os projetos aprovados em APAF sejam concretizados. Ana  
105 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) registra, às dez horas e vinte e um minuto  
106 que as delegadas Jureuda Guerra do CRP dez e Silmara de Souza Dias do CRP vinte se  
107 conectaram à assembleia, totalizando cinquenta e cinco delegadas nesse momento.  
108 Rafael Bonassa Faria, Assessor Jurídico do CFP, explica que não é possível discutir o  
109 valor de anuidade sem ter um planejamento orçamentário. Que somente é possível  
110 decidir pelo reajuste, ou não, da anuidade, a partir de um diagnóstico muito efetivo da  
111 saúde financeira do regional. Assim, sob o ponto de vista objetivo, em relação às  
112 anuidades, foi criada a Lei 12.514/2011, para preencher a lacuna da ausência de previsão  
113 legal de valores e reajustes das anuidades. Ele destaca que se houver um consenso de  
114 todos os regionais na APAF a respeito do não reajuste das anuidades, isso pode ser feito,  
115 mas relembra a autonomia administrativa e financeira resguardada a cada regional, e  
116 ainda incita uma reflexão bastante importante, a avaliação de se todos os regionais  
117 conseguem sobreviver financeiramente, de acordo com seu planejamento orçamentário,  
118 sem ter reajuste. Ele ratifica sua fala, de que não há impedimentos ou problemas  
119 jurídicos no caso da decisão de não reajustar a anuidade, e aponta que essa é mais uma  
120 decisão financeira e contábil. Em relação à proposta do delegado Pedro Braga Carneiro  
121 do CRP-08, para a ampliação dos dispositivos de isenção e descontos nas anuidades,  
122 Rafael Bonassa destaca que não há impedimento legal, mas relembra a necessidade de

1. No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

123 se ter sólidos argumentos técnicos, além de considerar os elementos como receitas e  
124 despesas e seus impactos nos cinco anos de vida da autarquia, considerando  
125 especialmente os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mailson Santos Pereira  
126 (CRP-03) questiona qual é o posicionamento do CFP em relação ao aumento do Fundo  
127 de Seções, se irá manter seu aumento. Ele sugere ainda, que seja feita uma reflexão  
128 inversa, ou seja, avaliar as ações já previstas verificando o que pode ser cortado a fim  
129 de gerar economia para os regionais, no sentido de conseguir cumprir o planejamento  
130 financeiro já estabelecido. Fabiane Konowaluk Santos Machado (CRP-07) comenta que  
131 seu regional vem acompanhando mensalmente as receitas e despesas programadas. Ela  
132 ressalta que para o orçamento de dois mil e vinte, existem muitas despesas planejadas  
133 que não serão executadas e outras novas despesas que não haviam sido planejadas. Para  
134 ela, seu CRP fechará dois mil e vinte com superávit, mas não muito real, pois a  
135 arrecadação ainda é imprevisível. A delegada sugere que na oficina para construção do  
136 Planejamento Orçamentário seja feita a reflexão da possibilidade de utilização desse  
137 superávit para a suplementação das despesas ordinárias dos regionais. Fabiane sugere  
138 ainda que, mesmo não sendo presencial, possa-se criar mecanismos de ressarcimento  
139 para despesas efetivadas por representantes do Sistema Conselhos, a fim de garantir a  
140 participação desses representantes nos espaços em que o Sistema circula. Tássio de  
141 Oliveira Soares (CRP-23) pondera as ameaças que tem aparecido nesse momento, tanto  
142 das iniciativas legislativas quanto das incertezas financeiras, e apoia a manutenção da  
143 anuidade sem o aumento, criando empatia e simpatia com a categoria. Ele sugere que o  
144 Sistema Conselhos trabalhe com esquema de justiça tributária e questiona se existe a  
145 possibilidade de se congelar o aumento do Fundo de Seções. Jureuda Duarte Guerra  
146 (CRP-10) justifica seu atraso, pois ela teve um problema técnico com sua conexão. A  
147 delegada comenta que nessa época de pandemia houve um aumento na quantidade de  
148 inscrições do seu regional, pois eles condicionaram a possibilidade do atendimento on  
149 line à efetivação da inscrição no regional. Ela comenta ainda que na última plenária do  
150 seu regional decidiu-se pelo reajuste salarial dos funcionários bem como apontaram para  
151 a decisão de reajustar a anuidade pelo índice do INPC. Pondera que, para ela, não existe  
152 a possibilidade de se cancelar o repasse do Fundo de Seções ao CFP, pois esse fundo é  
153 que garante a defesa das pautas de interesse do Sistema Conselhos. Ela sugere que  
154 primeiro seja feita a oficina orçamentária, e somente após ela, seja definido o aumento  
155 ou não da anuidade. Célia Mazza de Souza (CRP-08) relembra que a Lei 12.514/2011  
156 não obriga a execução de um reajuste, mas sim apresenta uma referência de índice  
157 para o reajuste, que, se aplicado, é feito sobre o teto. A delegada sugere uma consulta  
158 aos regionais, para saber quais deles utiliza o teto máximo para saber se realmente existe  
159 a necessidade de se reajustar a anuidade. Ela destaca a importância de um bom  
160 planejamento orçamentário, bem como previsão de receitas, além de o cuidado na  
161 divulgação da notícia, do aumento ou não da anuidade, para ter um bom impacto na  
162 categoria. Célia ressalta ainda que a instância máxima deliberativa é a APAF e que a  
163 Oficina Orçamentária não é. Rafael Gonçalves de Santana e Silva (CRP-01) parabeniza  
164 a iniciativa da Oficina Orçamentária e sugere que todos façam um esforço em

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



207 a APAF tome suas decisões, por ser a instância deliberativa do Sistema Conselhos.  
208 Norma evidencia a autonomia administrativa e financeira de cada regional,  
209 considerando justamente a realidade de cada um, e pondera que a decisão da APAF deve  
210 sim considerar o Sistema como um todo, mas não pode desconsiderar as diferenças dos  
211 diversos regionais. A delegada registra que todas as sugestões feitas até o momento  
212 foram acolhidas e serão inseridas na pauta da Oficina Orçamentária. Rafael Bonassa  
213 Faria, Assessor Jurídico do CFP, aponta para a convergência das falas no sentido de  
214 serem respeitadas as autonomias administrativas e financeiras de cada regional. Ele  
215 relembra que é necessário ter em mente que, caso o Sistema decida pelo congelamento,  
216 nenhum regional poderá voltar atrás posteriormente. Frente a isso, Rafael destaca a  
217 importância de um bom planejamento orçamentário. O assessor ainda explica o que está  
218 escrito na Lei 12.514/2011, uma vez que algumas delegadas levantaram dúvidas a  
219 respeito da obrigatoriedade, por esta lei, em aplicar o reajuste às anuidades. Por fim ele  
220 ratifica que as determinações e o acordo do Tribunal de Contas da União estão  
221 suspensos e complementa que, na sua fala anterior, fez menção aos princípios da  
222 administração pública, e frisa que eles devem ser aplicados cotidianamente às ações dos  
223 conselhos, e lembra que os gestores respondem diretamente ao TCU no caso de  
224 incorrências. Beatriz Borges Brambilla (CRP-06) registra que no regional de São Paulo,  
225 foi estudado cautelosamente a possibilidade do congelamento das anuidades,  
226 especialmente por empatia às condições que a categoria está passando, e destaca a  
227 solidariedade aos demais CRs. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)  
228 relembra os objetivos desse ponto, que são estabelecimento do teto das anuidades, bem  
229 como estabelecer o congelamento do teto das anuidades, e a necessidade de se formular  
230 os encaminhamentos. Ela destaca que o CFP somente pode editar uma resolução se  
231 houver um consenso dos vinte e quatro regionais. Célia Mazza de Souza (CRP-08) faz  
232 a proposta de que nessa APAF seja apenas encaminhado o congelamento do teto das  
233 anuidades para dois mil e vinte e um. Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP-09)  
234 comenta que no seu entendimento, segundo a Lei 12.514/2011, não é possível abdicar  
235 do reajuste da anuidade, mas salienta que entende a dificuldade do momento que o país  
236 está passando. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP-10) comenta que seu regional  
237 possui muitas dificuldades, e que eles já definiram em plenária o reajuste da anuidade e  
238 o dissídio dos funcionários, e manifesta sua preocupação em relação ao que vem sendo  
239 discutido nessa assembleia. Achiles Miranda Dias (CRP-05) pede que seja elucidada sua  
240 dúvida a respeito do que vem sendo discutido, se é o congelamento das anuidades ou do  
241 teto das anuidades, e relembra que, quem decide é a assembleia orçamentária. Ele  
242 classifica a tomada de decisão, pelo congelamento, como estar tolhendo essa instância  
243 democrática do Sistema Conselhos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)  
244 explica que a discussão é pelo congelamento do teto da anuidade, sem a aplicação do  
245 índice de reajuste do INPC para dois mil e vinte e um. Pedro Paulo Bicalho (CRP-05)  
246 pontua que essa discussão só é de fato legítima caso algum regional já esteja utilizando  
247 o teto. Para ele, se nenhum regional estiver utilizando o teto máximo, toda essa discussão  
248 de congelar o teto não produz nenhum efeito real. Yghor Queiroz Gomes (CRP-04)

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

*Handwritten signature*

249 reflete que a discussão se debruça sobre o congelamento do teto da anuidade, para a  
250 partir daí, na oficina orçamentária, todo o sistema entrar num consenso e fazer a tomada  
251 de decisão comum do sistema. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) elucida  
252 mais uma vez que essa discussão toda é para determinar o congelamento, ou não, do teto  
253 da anuidade para dois mil e vinte e um. Ana Sandra pede uma nova explicação ao  
254 assessor jurídico do CFP a respeito da possibilidade de não aplicação do reajuste ao teto  
255 máximo, sob a ótica da Lei 12.514/2011. Rafael Bonassa Faria, Assessor Jurídico do  
256 CFP, elucida que na Lei 12.514/2011, nos parágrafos primeiro e segundo do artigo sexto,  
257 fica explícito que tanto o valor das anuidades, descontos, critérios de isenção, regras de  
258 recuperação de crédito e regras de parcelamento serão estabelecidos pelos respectivos  
259 conselhos federais. Para o assessor, mesmo constando no parágrafo primeiro que as  
260 anuidades “serão” reajustadas, se o reajuste fosse compulsório, não existiria o artigo  
261 segundo, que passa ao conselho o poder de decisão. Respondendo à consulta do Cândido  
262 Renato Alves de Oliveira (CRP-09), Rafael explica que pode existir a não aplicação,  
263 desde que fundamentada na saúde financeira do regional. Ele ainda lembra que todo  
264 ato jurídico e administrativo deve ser fundamentado, e um próximo reajuste não pode  
265 ser feito acumulado, mas sim apenas sobre a mensalidade do ano anterior. Renata  
266 Campos Mendonça (CRP-08) comenta que ela entende que esse é um movimento  
267 bastante importante, e que deve partir do CFP, propondo o congelamento do teto, e que  
268 apenas os regionais que não conseguirem fazer a manutenção do valor da anuidade, faça  
269 o reajuste a partir de sua situação financeira. Emmila Di Paula Carvalho dos Santos  
270 (CRP-03) pede que seja feito um encaminhamento do ponto, já que estão discutindo há  
271 muito tempo e o coletivo não está avançando para um consenso. A delegada propõe que  
272 cada regional defina, conforme sua autonomia, o congelamento ou não do teto da  
273 anuidade, de acordo com sua realidade financeira e nas suas especificidades,  
274 publicizando essa decisão de forma que a categoria entenda a real motivação. Cleibson  
275 André Nunes Torres (CRP-24) registra que desde o início da pandemia o Sistema  
276 Conselhos se uniu para tomar decisões e ações em conjunto, e a proposta do  
277 congelamento veio nesse sentido, de todos tomarem uma decisão conjunta para todo o  
278 Sistema. Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP-09) propõe que seja respeitada a  
279 autonomia administrativa e financeira de cada regional, e que eles possam decidir pelo  
280 congelamento, ou não, do teto das anuidades. Pedro Paulo Bicalho (CRP-05) explica  
281 que sua fala anterior foi no sentido de refletir sobre a discussão que vinha sendo feita,  
282 especialmente sobre o fato de que se nenhum regional está utilizando o teto, o fato de  
283 congelar ou não o teto, não traria nenhum efeito para os regionais, e demonstra sua  
284 solidariedade à importância da discussão e da construção coletiva. Maria Eunice  
285 Figueiredo Guedes (CRP-10) elucidou que seu regional tinha uma data para cumprir e  
286 para estabelecer o dissídio coletivo, por isso eles o fizeram. Ana Sandra Fernandes  
287 Arcoverde Nóbrega (CFP) encaminha o ponto para votação, e ressalta que de acordo  
288 com as falas, entende-se que não há um consenso entre os regionais para a aplicação do  
289 congelamento do teto das anuidades. Frente a isso, ela apresenta as propostas, conforme  
290 sugestões feitas pelas delegadas. Proposta 1: Manutenção do teto atual de dois mil e

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

291 vinte para ser aplicado em dois mil e vinte e um. O valor das anuidades será definido  
292 pelos próprios regionais, em atenção à autonomia, devendo ser respeitado, no entanto, o  
293 teto. Proposta 2: Realizar o reajuste ao teto das anuidades, conforme índice do INPC.  
294 **Encaminhamento:** proposta número um venceu por unanimidade, tendo 55 votos a  
295 favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em relação à Oficina Orçamentária,  
296 ficou definido, por consenso das delegadas o que segue. **Encaminhamento:** A oficina  
297 será realizada com a participação dos tesoureiros e de um servidor técnico de cada  
298 regional para tratar da elaboração dos orçamentos e fazer uma análise da conjuntura e  
299 de seus efeitos econômicos no Sistema. Ficou definida a data de dezenove e vinte de  
300 junho de dois mil e vinte. Por consenso de todas delegadas, será criado um grupo de  
301 trabalho para estudar as possíveis alterações da Resolução 11/17, artigo 71, ampliando  
302 a permissão aos regionais para a aplicação de outros descontos e parcelamentos e a  
303 adequação da Resolução 01/12, artigo 17, ampliando a isenção para recém-formado em  
304 sistema de cotas ou FIES e congêneres. **Encaminhamento:** Por consenso ficou definido  
305 que os participantes desse GT, denominado GT das Anuidades, serão: CFP: Norma  
306 Celiane Cosmo; Região Centro-Oeste: será representada pelo regional nove; Região  
307 Norte: será representada pelos regionais dez e vinte; Região Nordeste: será representada  
308 pelos regionais três e vinte e dois; Região Sul: será representada pelo regional oito;  
309 Região Sudeste: será representada pelo regional 06. Às treze horas encerraram-se os  
310 trabalhos, dos quais eu, Norma Celiane Cosmo, Secretária ad-hoc e Conselheira  
311 Tesoureira do Conselho Federal de Psicologia, lavrei estes termos que, após lidos e  
312 aprovados, serão assinados pelas presentes. Brasília, 30 de maio de 2020.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and names: Silvana de Souza Dias, Juliana Fardes, Juanda Duarte Guerra, Maria Eunice Figueiredo Guedes, Simone Lessimiro, Norma Cosmo, Dayssa de Melo Farias, Thessa, Nagela Orangel, Mariana da Silva, Ana Paula da Cruz, Rosane P. F. Figueiredo, Carla Brandão, Naldo Melo Neto, Daino de Oliveira Soares, Walden, Brander Silva]*

1. No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

*[Handwritten signatures: Rafael Ribeiro, Fabiane K.S. Machado, Célia Mazza de Souza]*

*[Handwritten signature: R.H. Souza de S. Silva]*

1º Ofício de Brasília-DF  
Nº de Protocolo e Registro  
**168517**  
Pessoas Jurídicas

*Cartório*  
**Marcelo Ribas**

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900  
Site: [www.cartoriomarceloribas.com.br](http://www.cartoriomarceloribas.com.br) Email: [cartoriomr@terra.com.br](mailto:cartoriomr@terra.com.br) Tel.: (61) 3224-4026

CARTÓRIO MARCELO RIBAS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL - JVAO DORTENSI 30 OUTUBRO 1º SABER ELETRONIC ORIGINAL - CARTÓRIO MARCELO RIBAS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL - JVAO DORTENSI 30 OUTUBRO 1º SABER ELETRONIC ORIGINAL

Registrado e Arquivado sob o número 00004634 do livro n.  
A-09. Dou fé. Protocolado e digitalizado sob nº00168517

Em 20/05/2022 Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas  
Rosimar Alves de Jesus  
Selo: TJDFT20220210031691OTIE  
Para consultar [www.tjdf.jus.br](http://www.tjdf.jus.br)

